



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 169-01/2017

MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob n.º 94.705.936/0001-61, com sede na Av. Emancipação, 615, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Paulo Cezar Kohlrausch**, brasileiro, casado, portador do CPF sob n.º 364.946.150-15, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **JOANA LOTTERMANN HERRMANN-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 07.227.597/0001-50, com sede na Estrada Geral Nova Santa Cruz, zona rural, cidade de Santa Clara do Sul-RS, neste ato representada pela Sra. Joana Lottermann Herrmann, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF sob n.º 555.118.640-72, residente e domiciliada na Estrada Geral Nova Santa Cruz, zona rural, na cidade de Santa Clara do Sul-RS, simplesmente denominada de **CONTRATADA**, ajustam o presente contrato, nos termos da Lei n.º 8666/93 e suas posteriores alterações, bem como, pelo Processo Administrativo. N.º 593/2017, Tomada de Preços n.º 04/2017 e legislação aplicável, com a adoção das seguintes cláusulas:

1.0 DO OBJETO

1.1 - É objeto deste contrato a prestação de serviços de transporte de passageiros da clientela escolar da rede municipal e estadual de ensino, com veículo de no mínimo 15 passageiros e de acordo com o roteiro abaixo descrito:

ROTEIRO 1:

Diurno: Ensino Fundamental: Saindo da Escola Frei Henrique de Coimbra, de Nova Santa Cruz, segue em direção a Sociedade São José, pega estrada secundária até a casa de Gustavo Dick. Retornando até a granja Cosuel, retorna pela estrada geral entra na entrada ao lado de Otário Herrmann, vai até a residência de Mario Uhlmann, retorna pela estrada geral até a Escola Frei Henrique de Coimbra. Da escola parte em direção a Picada Stumpf, até a parada de ônibus próxima ao Ely. Retorna pela estrada geral de Picada Stumpf, até o acesso secundário de André Selge. Desce até a casa de Adriano Selge, segue em direção a Sercha de Chapadão, até a entrada de São Vitor onde faz o retorno. Segue em direção a Alto Arroio Alegre, até a casa de Nelson Zang retornando pela estrada geral, entra no acesso secundário até a residência de Wesley Saueressig, retorna em direção á Sampainho até a entrada do Johann, retornando em direção á Escola. Realiza o retorno em horário de encerramento das aulas no turno da manhã e tarde e em alguns locais retorna para pegar alunos em função do Programa Mais Educação. O percurso total diário do veículo é de 98 Km.

Noturno: Ensino Médio: Saída de Nova Santa Cruz, segue pela estrada geral de Chapadão e Alto Arroio Alegre, até o antigo lixão até a residência de Jair Zang retornando até a Sercha da Localidade de Chapadão, indo em direção a Picada Stumpf, casa de Felipe Mallmann, segue em direção a Sercha de Chapadão, desce em direção a Sampainho, até a casa de Egidio Scheibler, retorna pela estrada geral de Nova Santa Cruz até a Escola Estadual de Ensino Médio Santa Clara, retorno da Escola Estadual em fazendo o mesmo roteiro, quilometragem total diária 78 Km.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL

Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

Em segundas-feiras à noite a empresa segue até Chapadão, entra no acesso secundário até a casa de Fernanda Zang, segue até a casa de Vilson Christmann em Alto Arroio Alegre, segue na geral de Alto Arroio Alegre entra na estrada denominada Transamazônica até a residência de Jair Wolschick. O roteiro refere-se a transporte de alunos que estudam na Escola Estadual de Ensino Médio Santa Clara, no Politécnico. Total de 8 km a mais em segundas-feiras à noite.

Em terças-feiras à noite a empresa segue pela geral, em Nova Santa Cruz, desce a direita no arado, até a residência de Rena Seibel, retorna pela estrada geral em direção a Chapadão, entra no acesso secundário até a casa de Eloisa Zang. O roteiro refere-se a transporte de alunos que estudam na Escola Estadual de Ensino Médio Santa Clara, no Politécnico. Total de 2 km a mais em terças-feiras à noite.

2.0 PREÇO, PAGAMENTO E REAJUSTES

2.1 - O Município pagará ao CONTRATADO, em contrapartida aos serviços prestados, o valor conforme descrito abaixo:

ROTEIRO 1 - valor de **R\$ 3,27(três reais e vinte e sete centavos)** por Km/rodado;

2.2 - O valor acima é limitado aos dias letivos em que for necessário o transporte, no qual estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como: locomoção, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, civis, comerciais e fiscais.

2.3 - Os pagamentos, mediante apresentação do respectivo relatório, serão efetuados sempre até o dia 20 do mês seguinte ao da prestação de serviços.

2.4 - A quitação não será aceita sob reserva ou condição, correndo por conta do CONTRATADA todas as eventuais despesas daí decorrentes.

2.5 - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas neste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados e quitados.

2.6 - Somente será efetuado o pagamento mediante apresentação do relatório da GFIP, contendo o nome de todos os empregados contratados, das negativas do FGTS e do INSS.

2.7 - Os preços oferecidos para a presente licitação, poderão sofrer reajuste se comprovado o desequilíbrio econômico e financeiro. Em caso de prorrogação contratual, poderão ser reajustados os valores, considerando-se o aumento dos custos do início da prestação dos serviços, desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro.

3.0 DOS PRAZOS

3.1 - O prazo para a prestação dos serviços terá sua vigência a contar de **04/09/2017 até 03/09/2018**, limitado aos dias letivos. O prazo poderá ser prorrogado por iguais períodos, sempre que presente o interesse público, bem como, poderá ser rescindido nos termos da Lei 8666/93.

3.2 - O atraso injustificado na prestação dos serviços sujeitará o infrator ao pagamento de multa estipulada neste instrumento.

3.3 - O Contratado fica obrigado a apresentar de seis em seis meses, o laudo de vistoria do veículo utilizado para efetuar o transporte escolar.

3.4 - O CONTRATADO fica sujeito e compromete-se cumprir os prazos que a Administração Municipal determinar para a realização dos serviços objeto deste contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

4.0 EXECUÇÃO, RESPONSABILIDADES E FISCALIZAÇÃO

4.1 – A execução dos serviços constantes do objeto, dar-se-á dentro das condições estabelecidas neste contrato, sendo que o Contratado compromete-se a executar o serviço com zelo, probidade, eficiência e responsabilidade, atendendo aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade e segurança.

4.2 - Correrão por conta, responsabilidade e risco do CONTRATADO, as conseqüências de sua imprudência, imperícia ou negligência e de seus empregados ou prepostos, notadamente:

- a) imperfeição ou insegurança dos serviços;
- b) furto, perda roubo, deterioração ou avaria de materiais ou equipamentos;
- c) acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra ou em decorrência dela.

4.3 – A aceitação definitiva não isentará o contratado, nem seus prepostos da responsabilidade civil por eventos futuros decorrentes ou relacionados com a prestação dos serviços.

4.4 - A CONTRATADA deverá obrigatoriamente atender quando da assinatura do contrato, os seguintes requisitos, devidamente comprovados:

4.4.1 – Quanto ao Condutor do veículo:

- Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- Carteira de habilitação “D” e “E” (Art. 145 CTB);
- Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infração média durante os últimos 12 (doze) meses;
- Ter curso de Direção Defensiva (Art. 145 CTB);
- Ter curso específico de Transporte Escolar (Art. 145 CTB);

4.4.2 – Quanto ao veículo:

- Possuir pintura na faixa horizontal, na cor amarela, com 40cm de largura à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira, com dístico ESCOLAR em preto (art. 136, III do CTB);
- Ter cinto de segurança em número igual à lotação do veículo (Art. 136, VI; resolução 14/98, art. 1º, nº 22 e art. 2º, IV, art. 6º único;
- pneus em condição de segurança;
- comprovação da Contratada possuir seguro de acidentes pessoais para todos os passageiros;
- laudo de Vistoria do Veículo a ser usado no Transporte Coletivo ou Escolar, expedido por uma empresa especializada certificadora cadastrada no DETRAN/RS;
- tacógrafo e lanternas sinalizadoras na parte superior do veículo.

4.5 - Os serviços executados, serão acompanhados e fiscalizados pela Contratante, sob a responsabilidade de servidor indicado pela Secretaria de Educação, a fim de verificar se no decorrer dos trabalhos estão sendo observadas as especificações e demais requisitos previstos legalmente.

5.0 DAS INFRAÇÕES: PENALIDADES E MULTAS

5.1 - Da Contratada:

5.1.1 - Advertência por escrito, caso verificadas pequenas irregularidades, para as quais a Contratada tenha concorrido;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL

Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

5.1.2 - sem prejuízo de outras cominações, multa de 10% (dez por cento) sobre o total do preço devido pelos serviços a serem prestados, em virtude de inexecução total ou parcial dos serviços, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações, mora ou negligência dos serviços contratados.

5.1.3 - na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei;

5.2- Do Contratante:

5.2.1 - no caso de atraso imotivado do pagamento, o Contratante sofrerá multa de 2% (dois por cento) sobre o total atualizado da inadimplência.

6.0 DA RESCISÃO

6.1- O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- por comum acordo, presentes interesse e conveniência públicos;
- por ato unilateral ou escrito do Contratante:
- não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações contratuais;
- paralisação, sem causa e sem prévia comunicação, dos serviços;
- subcontratação total ou parcial do objeto contratado, sem prévia autorização do contratante;
- razões de interesse público;
- judicialmente, nos termos da legislação processual vigente;
- liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da Contratada.

6.2- Verificada a infração do contrato, o Contratante notificará o Contratado, para que purgue a mora, no prazo fixado, sem prejuízo de responder por perdas e danos decorrentes dessa mora.

6.3 - O Contratado indenizará o Contratante por todos os prejuízos que este vier a causar em decorrência da rescisão deste contrato por inadimplemento de suas obrigações, inclusive, perdas e danos porventura decorrentes para o Município.

6.4 - Uma vez rescindido o presente contrato, e desde que ressarcido de todos os prejuízos, o Contratante poderá efetuar ao Contratado, o pagamento de serviços corretamente executados.

6.5 - Em caso de procedimento judicial, para a rescisão do contrato, sujeitará a Contratada à multa convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato multiplicado por doze, mais perdas e danos, custas e honorários advocatícios.

7.0 DA DOTAÇÃO

7.1 - As despesas do objeto do presente Edital serão atendidas com dotação específica de cada Secretaria, identificadas pelas fichas:

(714, 729, 704, 703)

8. DAS PENALIDADES

8.1 - A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

8.2 - As multas serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato e quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.3 - Pela inexecução total ou parcial de contrato a Comissão de Licitações poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:

- I – advertência;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL

Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

II – multa nas formas previstas no item 9.5 a 9.7;

III – rescisão de contrato;

IV – suspensão do direito de licitar junto à Prefeitura Municipal de Santa Clara do Sul, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

V – declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com a Prefeitura Municipal de Santa Clara do Sul;

8.4 - A critério da autoridade competente, a aplicação de quaisquer penalidades acima mencionadas acarretará perda da garantia e todos os seus acréscimos.

8.5 - Será aplicada multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor total corrigido do contrato, por dia de atraso no fornecimento dos serviços.

8.6 - Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido no contrato, quanto à licitante vencedora:

- a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
- b) transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização da contratante.
- c) executar os serviços em desacordo com as especificações ou normas técnicas, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d) desatender às determinações da fiscalização;
- e) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, por meios culposos e/ou dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo, encargos sociais, ou previdenciários, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;
- f) não iniciar, sem justa causa, execução dos serviços, estando sua proposta dentro do prazo de validade;
- g) ocasionar sem justa causa, atraso superior a 03 (três) dias na execução dos serviços contratados;
- h) recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte os serviços ou fornecimento contratados;
- i) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolosamente ou não, venha a causar danos à contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

8.7 - A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito pela fiscalização à direção do órgão.

8.8 - Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á à contratada, a pena da suspensão dos direitos de licitar com a contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos, em função da gravidade da falta cometida.

8.9 - Quando o objeto do contrato não for entregue no todo ou parcialmente dentro dos prazos estipulados, a suspensão do direito de licitar será automática e perdurará até que seja feita a entrega do objeto do contrato na sua totalidade, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e neste edital.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Toda e qualquer modificação somente poderá ser introduzida ao presente contrato, através de aditamento, expressamente autorizado pela autoridade competente.

O Contratante poderá contratar com outras empresas, simultaneamente, a execução de serviços distintos dos do objeto deste contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

O Contratado assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do presente contrato, sejam de natureza trabalhista, Fiscal, previdenciária, social, comercial, civil, inexistindo qualquer espécie de solidariedade do Contratante relativamente a esses encargos, inclusive, os que contratualmente advierem de prejuízos causados a terceiros.

As partes elegem o Foro da Comarca de Lajeado, RS, para dirimirem as dúvidas acaso emergentes do presente contrato.

O presente contrato obriga os contratantes, seus herdeiros e/ou sucessores, ao integral cumprimento do aqui avençado.

E, por estarem assim, plenamente ajustados, firmam o presente contrato em quatro vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas instrumentais, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos.

Santa Clara do Sul – RS, 04 de setembro de 2017.

CONTRATANTE
MUN. SANTA CLARA DO SUL
PAULO CEZAR KOHLRAUSCH
PREFEITO
TESTEMUNHAS:

CONTRATADA
JOANA LOTTERMANN HERRMANN-ME
JOANA LOTTERMANN HERRMANN
SÓCIA DIRETORA

1.

CPF

2.

CPF